



Resende, 09 de dezembro de 2015.

Carta nº 069/2015/SEC-CEIVAP

A Sua Excelência a Senhora

Cassandra Maroni Nunes

Secretária Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

SEPN 505 Norte, Bloco "B", Edifício Marie Prendi Cruz.

70730-542 – Brasília – DF

Assunto: Mecanismo de cobrança das águas transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu

Senhora Secretária

Venho, na qualidade de secretária do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, informar, primeiramente, que foi reativada a Comissão Especial Permanente de Articulação CEIVAP – Comitê Guandu para tratar das negociações acerca dos mecanismos e valores de cobrança das águas transpostas da bacia do Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu, por meio da Deliberação CEIVAP nº 201/2012.

Esta medida foi adotada visando atender ao prazo constante da Deliberação CEIVAP nº 218/2014 e da Resolução nº 162/2014 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, referente à reavaliação dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na transposição do Rio Paraíba do Sul para o Rio Guandu.

A referida Comissão apresentou nova proposta de pacto que garante a atualização da cobrança pelas águas transpostas do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu, dentro de um contexto em que as características e cenários legais e institucionais onde se insere esta transposição não permite uma definição de mecanismos e critérios de cobrança nos moldes hoje instituídos para a bacia. Entretanto, este não chegou a ser referendado pelo CEIVAP, sendo retirado de pauta pelo Presidente do CEIVAP ao perceber que o assunto



ainda não estava devidamente assimilado pela plenária, ainda com muitos entendimentos divergentes. Diante deste fato posto, o Presidente encaminhou o assunto, a pedido, à Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CEIVAP, que emitiu parecer técnico sugerindo o pedido de prorrogação de prazo ao CNRH por mais um ano; no mesmo parecer, é expresso o entendimento de que esta discussão só se efetivará de fato por ocasião da renovação da concessão da Light Energia, e consequente outorga de direito de uso, onde o Comitê poderá se debruçar em mecanismos e critérios de cobrança das águas transpostas.

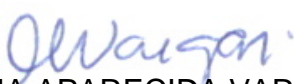
Nesse meio tempo, com a edição da Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 1305, de 20/11/2015, publicada no DOU de 23/11/2015, que adianta o prazo de solicitação da outorga de direito de uso para os aproveitamentos hidrelétricos na bacia do rio Paraíba do Sul para 31/12/2016, entende-se ter havido uma mudança de contexto em que se insere a cobrança da transposição.

O operador da transposição das águas da bacia do Paraíba do Sul para o rio Guandu, Light Energia, cujo prazo para solicitação da outorga correspondia ao prazo da concessão para geração de energia em 2026, terá que entrar com o pedido de outorga até o final de 2016.

Neste novo contexto, entende-se ser viável a prorrogação do critério atual até o final de 2017, prazo que entendemos que a outorga solicitada pelo titular da concessão que opera a transposição para fins de geração de energia elétrica já deverá estar emitida.

Pelo exposto, solicitamos a prorrogação do prazo previsto na Resolução CNRH 162/2014 pelo prazo de 2 (dois) anos.

Atenciosamente,


MARIA APARECIDA VARGAS
Secretária do CEIVAP